

## O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Vania Herédia<sup>1</sup>

**Resumo.** O objetivo desta reflexão é trazer à tona a discussão do papel das instituições sociais e de como hoje elas enfrentam questões referentes ao envelhecimento humano. As instituições sociais são responsáveis pela manutenção e reprodução da sociedade, portanto a discussão sobre seus papéis implica em analisar a forma de como a sociedade está organizada. A disfuncionalidade das instituições reflete a crise pela qual a sociedade passa e as dificuldades que enfrenta para responder às necessidades coletivas.

**Palavras-chave:** envelhecimento; instituições sociais; velhice.

**Abstract.** The objective of this reflection is to bring up the discussion about the role of social institutions and how they are currently facing issues referring to human aging. Social institutions are responsible for the maintenance of society, therefore discussing its roles means to analyze the way society is organized and what is going on in these institutions. Dysfunctionality in some of these institutions reflects the crisis society is undergoing, and the di-

---

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela Universidade de Genova. Professora Titular do Departamento de Sociologia e Coordenadora do Núcleo de Estudos do Envelhecimento da Universidade de Caxias do Sul. Pesquisadora do Projeto Brasil Latino financiado pela Fondazione Cassamarca Treviso.

fficulties it faces to respond to collective needs.

**Key words:** aging; social institutions; old age.

## **INTRODUÇÃO**

É no século XX que o tema envelhecimento assume uma nova configuração, no que diz respeito ao campo teórico da delimitação dos períodos da vida humana. Essa produção conceitual, conforme coloca Birman (1995, p.30), “é regulada por valores e por representações sociais que definem as condições históricas de possibilidades de seus enunciados”. A perspectiva epistemológica que se estruturou na gnoseologia e na história da cultura, no século XX, ressignificou conceitos e trouxe à tona a questão da velhice, sob um olhar que implicava mudança de paradigmas à sua explicação.

Essa fundamentação ultrapassou o paradigma científico-biológico evolucionista do século XVIII e XIX, que vigorara para sustentar a visão do envelhecimento do homem, e agregou a essa explicação uma visão histórica e filosófica, demonstrando que a existência humana impunha uma ampliação na representação, não apenas pela visão biológica, mas por uma nova dimensão de tempo e de história

Esse contexto, marcado pelo limiar da modernidade, instigou a sociedade e suas insti-

tuições a repensarem o projeto para enfrentar a questão do envelhecimento. A transformação radical das condições históricas que afetaram a sociedade, ao longo do século XIX e XX, impôs ao Estado, por meio de seus governos, a necessidade de formular políticas que pudessem integrar o ser humano nesse novo olhar, sustentado na busca de qualidade de vida à população.

Essa necessidade recoloca no cenário as instituições sociais: a instituição política do Estado, como formulador de políticas sociais, que pensa as demandas sociais; a instituição educação, pela sua função social de produtora de conhecimento e formadora de homens, que possam pensar a humanidade, a instituição família que, como grupo primário, tem como função básica atender às necessidades de seus membros e é responsável pela criação, manutenção e reprodução do próprio grupo.

## **2. AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS E O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO**

Pode-se partir do princípio de que cada sociedade criou formas culturalmente próprias de atender as funções básicas, para garantir a sobrevivência de seus membros e colocou assim as bases para um código moral e ético. Esses modos habituais de agir, pensar e sentir, quando aceitos pelo grupo e considerados

imprescindíveis para a vida coletiva, geram instituições que acabam sendo formas legítimas para a solução das necessidades individuais do ser humano pela ação coletiva.

Dessa forma, as instituições sociais são as “maneiras fixas de agir, de pensar e de sentir” (Durkhéim, 1973, p.391) que o grupo estabelece como fundamental para a sua manutenção e são inseridas gradativamente na sociedade pela socialização. De simples modos de agir, de pensar e de sentir, tornam-se hábitos sociais e acabam se transformando em regras, e sua institucionalização ocorre quando a sociedade acredita que não pode viver sem elas. A imposição a todos, para o entendimento da sua importância, mostra a força da instituição. No fundo, a sociedade criou esses alicerces para garantir sua reprodução. As instituições sociais representam as respostas formalizadas e sancionadas às exigências da vida coletiva.

Durkhéim utiliza o exemplo da educação das crianças para mostrar a força da instituição na constituição da consciência coletiva de uma sociedade. Ele mostra em seu raciocínio que:

[...] a educação consiste num esforço contínuo para impor à criança maneiras de ver, de sentir e de agir às quais ela não teria chegado espontaneamente. Desde os primeiros tempos de sua vida a criança é coagida a comer, a dormir, a beber em horas regulares. É coagida à limpeza,

à calma, à obediência, mais tarde é coagida a ter em conta os outros, a respeitar os usos, as conveniências, a trabalhar, etc. Se com o tempo essa coação deixa de ser sentida, é porque fez nascer hábitos e tendências internas, que foram aceitas. O objetivo destas imposições é criar o ser social e esta coação permanente exercida sobre a criança é a pressão do meio social que tende a moldá-la à sua imagem e da qual os pais e professores não passam de representantes e de intermediários (DURKHÉIM, 1973, p.391).

A passagem do modo de ser para hábitos e posteriormente para regras mostra a força oculta que está presente no modo de ser, e à medida em que o indivíduo aceita as regras, essa força não aparece na regra, mas, à medida que o indivíduo resiste, ela se reveste de um poder coercitivo que leva o indivíduo a aceitá-la sob pena de sofrer sanções.

Sem dúvida, o constrangimento da consciência coletiva não é geralmente sentido pelos membros do grupo, porque, ao absorverem e assimilarem a consciência coletiva, principalmente através da educação recebida, transformam-na em sua própria consciência. Por outro lado, quanto mais forte a consciência coletiva, maior a indignação com o rompimento da regra, contra a violação do imperativo social.

O raciocínio que Durkhéim (1973, p.391) utiliza, para demonstrar a formação da cons-

ciência coletiva no indivíduo, é simples, porque ele mostra a maneira como os seres humanos são socializados para entrarem no sistema e mostra, mais, que o sistema existe independentemente do indivíduo, porque já existia antes de seu nascimento. Ele afirma que a consciência coletiva é formada pelo conjunto de “maneiras de agir, de pensar e de sentir” que compõem a herança comum de uma sociedade. Essa consciência foi estabelecida ao longo da História, transmitida de geração a geração, aceita e praticada pelos membros da sociedade, e são esses membros que podem mudar os papéis sociais das instituições. São como ‘grandes blocos de experiências’ (HERSKOVITS, 1973, p.9) que o homem, ao ocupar um lugar no mundo, constrói: a língua, a busca de alimentos, o vestuário, a habitação, o fazer, as trocas econômicas, o dinheiro, a poesia, a dança, o drama, a religião, a mitologia, a sociedade. Pode-se deduzir que certas uniformidades culturais nascem das semelhanças nas situações em que os seres humanos têm que enfrentar e que acabam criando formas comuns de resolver situações básicas. Essa universalidade dos princípios gerais das culturas se baseia na idéia de que as semelhanças entre as instituições de diferentes culturas devem atribuir-se às capacidades similares de todos os homens. Se todas as culturas têm o mesmo gênero de estruturas, significa que todas estão construídas por elementos que compreendem

formas padronizadas de viver.

Porém devem enfrentar o constrangimento que é a força social que rege e regula a existência dessas regras em nome do consenso. Durkhéim (1973) pergunta: como pode um grupo de indivíduos constituir uma sociedade? Como se chega a essa condição da existência social que é o consenso? A resposta que dá é que a condição da existência da sociedade exige a presença da solidariedade, seja pela semelhança, seja pela diferença. A solidariedade é o sentimento que une os indivíduos e os diferencia. Logo, a semelhança e a diferença são formas de organização social que dão condições à existência humana.

A função educativa das instituições sociais, especialmente dos grupos como a família, os grupos de amizade, a escola, tem papel importante, pois são elementos de coesão e solidariedade social, e condição de manutenção dos próprios grupos. Todas as instituições sociais que organizam a conduta humana contribuem para formar nas gerações que seguem os padrões de conduta aceitos e tornam possível a coesão e a continuidade das culturas. As instituições sociais são fatores decisivos de influência na vida do grupo, uma vez que fornecem os mecanismos para a regulamentação da conduta e são os elos de integração do indivíduo na sociedade.

Pode-se, portanto, afirmar que a sociedade cria formas culturais para responder às

necessidades básicas dos indivíduos e institucionaliza essas formas para ter garantias de seus resultados, como condição *sine qua non* para a existência das relações entre os grupos sociais.

Entretanto, o que acontece com as instituições quando elas não cumprem mais as funções pelas quais foram criadas?

Para responder a essa questão, pode-se dizer que não existem sociedades sem instituições sociais. O enfraquecimento delas aponta para a necessidade de rever os princípios pelos quais foram criadas, sem abrir mão do foco que elas devem responder socialmente às necessidades que os indivíduos possuem. A análise de suas formas implica a análise de suas funções, e aqui pode começar a reflexão proposta, deixando claro que a forma como hoje as instituições lidam com a *questão do envelhecimento* revela a ausência, por parte de várias delas, do conhecimento desses princípios. Tanto a família quanto o Estado, ou mesmo aquelas instituições que foram criadas para manter a sociedade em ordem, indicam que as mudanças sofridas por essas instituições impõem uma avaliação e um repensar das práticas que estão implícitas à sua manutenção.

É o caso da família moderna, que segundo Beltrão (1973, p.21), não tem conseguido responder adequadamente às necessidades pela qual foi criada e repassa suas funções a ou-

tras instituições, esperando que as mesmas cumpram os papéis a ela designados, como se estivessem ainda no âmbito familiar. As funções sociais que a mantiveram integrada por séculos são questionadas. A função sexual, a reprodutiva, a econômica, a cultural, a integrativa, a protetora, são funções que a família sempre assumiu e que, nas últimas décadas, tem enfrentado problemas para atendê-las, buscando como solução o repasse dessas funções para outras instituições sociais. Constata-se, portanto, a transformação que sofre a instituição família, e sua disfuncionalidade chama a atenção para a questão do idoso, que não conta mais com a sua disponibilidade, dando maior visibilidade social ao problema, já que, no envelhecimento, a família tem um papel fundamental no cuidado de seus membros. Por outro lado, a reprodução do modelo de família nuclear tem sido duramente revisto, “uma vez que as pessoas não se casam mais como antes, ou então quando se casam, evitam a produção de filhos” (BIRMAN, 1995, p.37). Essa constatação afeta o modelo que vigorou nos últimos 40 anos, quando o número de filhos ficou cada vez mais reduzido, as relações sociais mais instáveis e houve o predomínio de uma ética cada vez mais individualista. Essas alterações afetam conseqüentemente o cuidado dos mais velhos. Nesse exemplo, pode-se discutir a situação que muitos idosos hoje

enfrentam quando a família de origem não tem condições de cuidá-los e quando transfere essa tarefa às instituições asilares. A família tem sido a instituição social de maior ajuda para as pessoas de mais idade, apesar da mudança que vem enfrentando em sua estrutura e em suas funções. Esse exemplo é apenas uma forma de chamar a atenção para a disfuncionalidade das instituições, quando estas aceitam a transferência das regras institucionais e, com o passar do tempo, a mudança dessas regras ou seu desaparecimento. Portanto, a mudança nas instituições sociais ocorre quando as funções que as caracterizam não conseguem mais cumprir seus objetivos e, conseqüentemente, manter a ordem.

A perda do controle das funções institucionais é a prova da necessidade de mudança nas instituições. Porém, é lógico que elas resistem às transformações. Para aceitá-las, isso implica uma nova postura que permita ao homem enxergar a realidade com novos significados. Tem-se ciência de que as instituições sociais estão ligadas a sistemas de valores, já que cada sociedade cria seus próprios valores. E, para entendê-las ou modificá-las é importante rever esse sistema, que é a referência do grupo. Birman (1973, p.37) refere que “a tradição do ocidente forjou diferentes representações da velhice no seu percurso histórico. A cristalização dos conceitos se funda num campo de valores, implicando então numa ética, em uma política

e em uma estética da existência”.

A leitura feita sobre o homem não é mais a mesma em décadas anteriores. A mudança na leitura não se deve apenas aos avanços tecnológicos e ao desenvolvimento econômico da sociedade, mas, principalmente, à modificação de valores que ocuparam espaços essenciais no desenvolvimento humano, tanto para a juventude, para a maturidade quanto para a velhice.

“Se foram os valores que definiram os eixos antropológicos para representar o percurso da história biológica e psicológica dos indivíduos, foram também valores outros que remodelaram progressivamente as imagens dos períodos etários das últimas décadas.” (BIRMAN, apud Veras, 1995, p.37). O que está em pauta é esse momento de transição entre uma imagem de velho, sustentada em paradigmas que foram estruturados no passado para explicar o ser humano nos limites da própria ciência e a nova imagem que impõe ultrapassar a leitura realizada por muitas e muitas décadas e que exige da sociedade e de suas instituições um novo fôlego para analisar essa problemática.

Portanto, sair do conceito de velhice, marcado por traços de filantropia e construir uma nova imagem passou a ser um desafio para os estudiosos desse período. A tarefa de ressignificar a imagem cristalizada e instituída ao envelhecimento pela sociedade, propondo

uma leitura que partisse das condições históricas do ser humano e de suas potencialidades, está sendo um movimento relativamente recente de transformação, o qual algumas instituições sociais encabeçaram, nessas últimas décadas, por meio de estudos, como forma de acompanhar as mudanças culturais que o mundo vem sofrendo.

Dessa maneira, torna-se necessária a desconstrução do conceito de velhice, presente na tradição cultural do Ocidente, impregnado de atributos negativos, que ocultaram por alguns séculos a capacidade criativa do ser humano de responder à vida. Essa desconstrução envolve necessariamente transformações radicais nas relações estabelecidas pela sociedade com a velhice, porque exige das instituições sociais uma resposta diferenciada das que estaria preparada para dar, já que envolve modificações nas funções sociais por ela até então garantida.

A mudança no paradigma cultural impõe uma reflexão nos valores humanistas que estiveram presentes no projeto de construção da sociedade moderna, mas que, na realidade, não conseguiram transformar o ideário desse projeto numa prática social de valorização do ser humano. Portanto, mesmo que seja evidente a necessidade de uma nova visão para enfrentar essa problemática, o delineamento do problema está posto.

Para tratar o processo de envelhecimento

a partir das instituições sociais, torna-se essencial questionar se a crise deriva da mudança das necessidades básicas. Essas indagações conduzem à reflexão de que as instituições sociais são obras dos homens e que, à medida em que as criaram, acabaram perdendo o controle da sua criação e, conseqüentemente, a perda da sabedoria que elas representaram na História da humanidade.

Muitos autores justificam a existência das instituições pelo fato de que são elas que respondem às necessidades dos indivíduos, como já foi dito anteriormente. Porém, quando se chega na fase em que o homem não tem mais condições de criar os filhos, de cuidar de seus velhos, de proteger o seu grupo, de garantir o mínimo necessário para a sua sobrevivência, de se responsabilizar pela transmissão dos valores, de respeitar a sua própria história e seus limites, é importante parar para avaliar se a trajetória foi válida e se o caminho é esse mesmo e por que essa sociedade moderna fracassou. Quais foram os alicerces desse projeto e por que o homem ficou aprisionado em alguns valores em detrimento de outros? Por que se deixou levar pela pressão do desenvolvimento econômico e perdeu de vista a riqueza e preciosidade da sua própria vida? A ilusão do projeto de modernidade da sociedade contemporânea conduziu-o para o abismo das contradições entre o ter e o ser e não lhe deu alternativas de escolha.

O homem criou as condições de seu envelhecimento social e quando pensou que seria importante dar garantias ao cidadão da saída do mundo do trabalho, não tinha a dimensão de que essa norma representaria o momento de ruptura total entre a inclusão e a exclusão. Mesmo que não quisesse vestir essa roupa-gem negativa em seu conjunto, a sociedade se habituou a ressaltar os aspectos críticos acerca da manutenção do idoso, pois deixou de valorizar o que ele poderia oferecer, ou seja, sua experiência. Somente o tempo constrói a experiência, e ela produz um acervo de idéias, recordações e vivências que podem auxiliar os mais jovens a enriquecer sua vida.

A experiência do homem na sua caminhada histórica não pode ser descartada pela sociedade. A maturidade e a sabedoria, construídas pelas vivências humanas, são uma fonte de conhecimento e de reconhecimento. O homem no momento que reconhece a preciosidade da vida torna-se consciente de seu papel no mundo, do que foi, do que é e do que será. A consciência o torna diferente e faz com que veja o mundo de forma diferente.

Na introdução da obra clássica sobre o envelhecimento, de Beauvoir (1990, p.7), há uma citação sobre o Príncipe Sidarta, antes de se iluminar, que compara o envelhecimento à doença, à ignorância e à fraqueza.

Encerrado por seu próprio pai num magní-

fico palácio, escapuliu diversas vezes para passear de carruagem nas redondezas. Na primeira saída encontrou um homem enfermo, desdentado, todo enrugado, encanecido, curvado, todo apoiado numa bengala, titubeante e trêmulo. Espantou-se, e o cocheiro lhe explicou o que era um velho: — “Que tristeza — exclamou — o príncipe que os seres fracos e ignorantes, embriagados pelo orgulho próprio da juventude, não vejam a velhice! Voltemos logo para casa. De que servem os jogos e as alegrias, se eu sou a morada da futura velhice? [...] Não é num instante que o homem fica velho, quando jovem não pensa, como Buda, que já somos habitados pela nossa futura velhice. Ela está separada de nós por um tempo tão longo que, aos nossos olhos, confunde-se com a eternidade, e dessa forma nos parece irreal.

Esse pensamento é uma demonstração de que, para preparar o ser humano para o processo de envelhecimento, é necessário aceitar a idéia de envelhecer. É como diz Beauvoir (1990), “quebrar a conspiração do silêncio e enfrentar a atitude ambígua pela qual a sociedade trata os velhos”.

O olhar para o envelhecimento social pode ser carregado de mensagens positivas quando existe a preparação para enfrentar essas situações. Em algumas culturas, a velhice é vista como um problema e especialmente como uma carga à sociedade e as suas instituições; porém, historicamente existiram civilizações em que ocorreu o contrário. Por exemplo, o povo

judeu é conhecido pelo respeito de que cercou a velhice. O valor atribuído à longevidade é considerado a suprema recompensa da virtude. Os chineses também reconheciam a velhice, pois provinham de uma civilização que se preocupava com a sobrevivência de seu povo mais que com a sua própria evolução. Nas sociedades tribais e camponesas, o velho tinha papéis bem definidos, de transmissão de costumes, e os anciãos, funções básicas de gestão da organização social. Em algumas delas, o idoso era respeitado pela sua utilidade, uma vez que o saber é produzido pela sua tradição oral. Sabe-se da existência de lendas que protegem a velhice através de deuses que são representados como velhos cheios de sabedoria e vigor. A memória do idoso representava a continuidade do grupo. Portanto, o que aconteceu com a sociedade ocidental, ao perder o fio condutor, integrando os ciclos de vida e valorizando apenas a produção material da sociedade? A vitória desse modelo incluiu a perda de valores significativos do ser humano ao substituir a experiência pela sabedoria e ao deixar o predomínio da economia frente aos demais valores necessários à integridade do ser humano.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise das instituições sociais pode trazer à tona a discussão dos papéis por elas

assumidos e das dificuldades que as mesmas enfrentam para responder as exigências estabelecidas socialmente. A família, a educação, o Estado são instituições que podem auxiliar a discussão sobre o envelhecimento e as estratégias que a sociedade precisa criar para enfrentar as questões derivadas desse processo. As modificações frente ao paradigma social já apresentam indícios de mudanças uma vez que a sociedade envelhece e precisa responder às questões de seu envelhecimento. Entender a velhice como parte de uma caminhada que se constrói dinamicamente e que não acontece de forma isolada, faz parte do homem e da sua integração no e com o mundo. É importante estar atento à natureza humana, sem fugir das responsabilidades que ela traz e dos limites que impõe, marcados pela temporalidade e pela história. Se houver a aceitação dos limites como seres humanos e da condição de finitude, será possível perceber a riqueza da existência e das transformações que fazem parte desse processo, para dar um real sentido a essa caminhada que se chama vida, da qual o envelhecimento faz parte como um processo natural.

A descoberta dos valores humanos pode trazer ao homem um novo sentido às suas experiências, permitindo abrir as portas à sua valorização. Transformar essa descoberta em conhecimento é a possibilidade de reconhecer suas condições de homem, para usufruir

VANIA HERÉDIA

da liberdade e da felicidade. É reconhecer a vida como sua verdadeira essência.

#### **REFERÊNCIAS**

BEAUVOIR, Simone. *A velhice*. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1990.

BELTRÃO, Pedro. *Sociologia da Família Contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1973.

DURKHÉIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Pioneira, 1973.

HERÉDIA, Antônio Carlos Guimarães. *Ser imigrante no universo da vida*. Caxias do Sul: Educs, 2004.

HERSKOVITS, Melville. *Antropologia Cultural*. São Paulo: Mestre Jou, 1973.v.1

Recebido em julho de 2008  
Aprovado em outubro de 2008